



Número: **0600582-97.2020.6.16.0000**

Classe: **PETIÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Fernando Quadros da Silva**

Última distribuição : **28/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0603792-30.2018.6.16.0000**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Contas - Não Apresentação das Contas, Nulidade - Intimação Sem Observância das Prescrições Legais**

Objeto do processo: **Petição Cível - Ação Declaratória de Nulidade - Querela Nullitatis Insanabilis com Pedido Liminar ajuizada por José Giuliangeli de Castro, com fulcro no art. 19, I, do CPC, com a finalidade de buscar a declaração de nulidade da citação/intimação realizada nos autos nº 0603792-30.2018.6.16.0000 de Prestação de Contas Eleitorais, que tramitou no Tribunal Regional Eleitoral, referente às Eleições Gerais de 2018, nos quais as contas do autor foram julgadas como não prestadas. Aduz que concorreu ao cargo de Deputado Federal, pelo Partido Democrático Trabalhista, em 2018 e que tem deficiência visual completa. Alega que prestou contas, mas que foi intimado pela Justiça Eleitoral. Aduz que houve a entrega de cópia do mandado mediante a assinatura do autor, dando a falsa impressão de "ciência", como se a intimação estivesse cumprida, o que não aconteceu, uma vez que foi desconsiderada a situação de cegueira absoluta do candidato, que impede a leitura de qualquer documento que não esteja em braile, tornando a citação/intimação totalmente nula e sem efeitos. (Requer: - liminarmente, a antecipação antecipação dos efeitos da tutela, em caráter de urgência, nos termos do art. 300 e demais subsequentes do CPC, para que seja suspensa a decisão que julgou as contas como não prestadas, tendo em vista a nulidade da intimação ocorrida na data de 24 de julho de 2019, no processo de Prestação de Contas Eleitorais nº 0603792-30.2018.6.16.0000; - no mérito, seja declarada nulidade da intimação ocorrida na data de 24 de julho de 2019, tornando os atos posteriores, inclusive o julgamento das contas como não prestadas, de modo a oportunizar o devido contraditório no processo de contas eleitorais, a fim de que o candidato apresente todas as informações e documentos necessários ao julgamento de suas contas de campanha das eleições de 2018).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE GIULIANGELI DE CASTRO (REQUERENTE)		LUIZ GUSTAVO GOMES CARDOZO (ADVOGADO) JORDAN ROGATTE DE MOURA (ADVOGADO)	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA (REQUERIDO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo

27086 016	04/03/2021 14:57	Acórdão	Acórdão
--------------	------------------	-------------------------	---------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO N.º 58.283

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PETIÇÃO CÍVEL 0600582-97.2020.6.16.0000 –
Londrina – PARANÁ**

Relator: FERNANDO QUADROS DA SILVA

EMBARGANTE: MARIO CORREA FARIA JUNIOR

ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE - OAB/PR0035267A

ADVOGADO: ROGERIO HELIAS CARBONI - OAB/PR0037227

ADVOGADO: LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO - OAB/PR0027936

EMBARGADO: JOSE GIULIANGELI DE CASTRO

ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO GOMES CARDOZO - OAB/PR0096117

ADVOGADO: JORDAN ROGATTE DE MOURA - OAB/PR0056656

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1

**EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ALEGADA OMISSÃO –
OCORRÊNCIA – EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS.**

1. Havendo omissão quanto ao deferimento de ingresso de terceiro como interessado, é de se integrar o acórdão embargado.
2. Os embargos de declaração não são via adequada à pretendida reanálise da matéria alegada.
3. Embargos conhecidos e parcialmente acolhidos.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte acolheu parcialmente os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 02/03/2021

RELATOR(A) FERNANDO QUADROS DA SILVA

RELATÓRIO



Trata-se de Embargos de Declaração opostos por MARIO CORREA FARIA JUNIOR contra o acórdão nº 58.084, que julgou procedente a presente ação anulatória.

Em suas razões, o embargante afirma que o acórdão é omissos quanto ao deferimento do seu ingresso na lide como terceiro interessado. Pleiteia a reunião do presente feito com os autos de requerimento de registro de candidatura do embargado (REL nº 0600139-23.2020.6.16.0041) para julgamento conjunto.

Aduz que “a necessidade de fornecimento de instrumentos que possibilitem o acesso permanente ao conteúdo do mandato não foi analisada a partir das peculiaridades do caso”. Argumenta que o embargado já participou de diversas eleições e já desempenhou cargos na administração pública, que por isso não são necessários procedimentos adicionais para sua intimação.

Sustenta, ainda, que o entendimento adotado no acórdão embargado deve ser aplicado prospectivamente.

Ao final, requer a sua inclusão como terceiro interessado e de seus patronos nos cadastros processuais, bem como o conhecimento e provimento dos embargos de declaração, para esclarecimento da decisão, inclusive com efeitos infringentes.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Os embargos de declaração são tempestivos, devendo ser conhecidos. No mérito, merecem parcial acolhimento.

A natureza reparadora dos Embargos de Declaração só permite a sua oposição contra sentença ou acórdão acoimado de obscuridade, contradição ou omissão (art. 275, I e II do Código Eleitoral), ou ainda para correção de erro material, bem como para fins de prequestionamento.

A omissão ensejadora de embargos de declaração consiste na falta de pronunciamento judicial sobre ponto ou questão relevante suscitado pelas partes, ou que o juiz/tribunal deveria se pronunciar de ofício. Caracteriza-se a omissão pela falta de atendimento aos requisitos previstos no artigo 489 do Código de Processo Civil de 2015. **As questões que o juiz/tribunal não pode deixar de decidir são todas as questões relevantes deduzidas pelas partes para a solução do litígio, bem como as questões de ordem pública, as quais o juiz/tribunal deve resolver de ofício.** Deixando de apreciar algum desses pontos, ocorre a omissão.



Inicialmente, no tocante ao pedido de reunião do presente feito com os autos de requerimento de registro de candidatura do autor (REL nº 0600139-23.2020.6.16.0041), indefiro o pleiteado, eis que, em virtude da existência de posicionamentos diversos, os feitos possuem relatorias diversas no presente momento processual.

Todavia, considerando a relação de prejudicialidade entre as ações, julga-se em conjunto na presente sessão de julgamentos os embargos de declaração opostos nas duas demandas.

De outro vértice, o embargante sustenta que o acórdão é omissos quanto ao deferimento do seu ingresso na lide como terceiro interessado.

De fato, durante a sessão de julgamento ocorrida em 17/12/2020, foi deferido o ingresso do embargante como terceiro interessado.

Portanto, integro o acórdão embargado e determino a revisão da autuação do presente feito para constar o embargante e seus patronos nos registros processuais.

O embargante argumenta, ainda, que a decisão é omissa porque “a necessidade de fornecimento de instrumentos que possibilitem o acesso permanente ao conteúdo do mandato não foi analisada a partir das peculiaridades do caso”. Aduz que o embargado já participou de diversas eleições e já desempenhou cargos na administração pública.

Nesses pontos, sem razão o embargante.

Nesse ponto, anoto que a decisão é clara ao afirmar que é imprescindível que sejam disponibilizados **a todas as pessoas com deficiência** instrumentos aptos a possibilitar o acesso permanente às informações judiciais, sendo desnecessária a análise de condições pessoais do jurisdicionado. Cito trecho do acórdão embargado:

“Todavia, consideração a condição de deficiente visual do jurisdicionado, entendo que a mera leitura não é suficiente para perfectibilizar o ato de notificação, eis que não permite a parte verificar, posteriormente, o conteúdo da decisão, não cumprimento satisfatoriamente o objetivo de cientificação e de integração da lide.

Nesse ponto, anoto que deve ser disponibilizado às pessoas com deficiência instrumentos aptos a possibilitar o acesso permanente às informações judiciais. Com efeito, é inegável que qualquer interferência estatal na esfera da individualizada dos particulares traz uma alteração no estado de ânimo das pessoas. Por isso, o método tradicional de citação e intimação não cumpre seu objetivo, não sendo suficiente a leitura do termo ao deficiente visual para a perfeita notificação das pessoas deficientes, sendo indispensável a possibilidade de conferência posterior.

Outrossim, não se pode negar que o Poder Judiciário deve contribuir, de forma efetiva, para a implantação de políticas públicas com a finalidade de assegurar os direitos das pessoas com deficiência, mormente o pleno exercício da cidadania e dos direitos políticos, sendo a acessibilidade à informação pilar básico dessa construção”.



Assim, constata-se que não há a alegada omissão.

Por fim, em relação ao pedido de aplicação prospectiva do entendimento adotado no acórdão embargado, trata-se de tese inovadora, não alegada da tribuna em sede de sustentação oral, razão pela qual não há qualquer omissão na decisão embargada.

De todo modo, anoto que a tese pela aplicação prospectiva de orientações jurisprudências tem utilização restrita e limitada às decisões que alteram o processo eleitoral, não sendo o caso dos autos.

Desta forma, verifica-se que a insurgência do embargante não respeita propriamente à omissão, mas sim ao descontentamento com a solução dada ao caso. Pretende a reapreciação da matéria julgada com a modificação da decisão, o que é vedado pela estreita via dos embargos de declaração, não merecendo acolhimento os aclaratórios.

Persistindo a irresignação quanto às questões ora trazidas, deverá o embargante utilizar da via recursal adequada, razão pela qual considero a matéria como prequestionada.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, voto no sentido de se conhecer dos embargos de declaração opostos e, no mérito, em dar-lhes parcial acolhimento, nos termos da fundamentação.

Determino a Secretaria que proceda a revisão da autuação, para fazer constar o embargante e seus patronos nos registros processuais.

É o voto.

Fernando Quadros da Silva

RELATOR

EXTRATO DA ATA



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PETIÇÃO CÍVEL Nº 0600582-97.2020.6.16.0000 - Londrina - PARANÁ - RELATOR: DES. FERNANDO QUADROS DA SILVA - EMBARGANTE: JOSE GIULIANGELI DE CASTRO - Advogados do(a) EMBARGANTE: LUIZ GUSTAVO GOMES CARDOZO - PR0096117, JORDAN ROGATTE DE MOURA - PR0056656 - EMBARGADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte acolheu parcialmente os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos, Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva e Roberto Ribas Tavararo. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloisa Helena Machado.

SESSÃO DE 02.03.2021.

